

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 374

**ENTRE A FAMÍLIA E O TRABALHO:
UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DA INSERÇÃO OCUPACIONAL
NO BRASIL URBANO SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO, 1996-2006**

Novembro de 2009

Ficha catalográfica

306.80981 Caetano, André Junqueira.

C128e
2009

Entre a família e o trabalho : uma análise da qualidade da inserção ocupacional no Brasil urbano sob uma perspectiva de gênero, 1996-2006 / André Junqueira Caetano; Lucas Wan der Maas. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

24p. (Texto para discussão ; 374)

1. Demografia da família. 2. Trabalho familiar - Brasil. 3. Discriminação de sexo no emprego - Brasil. 4. Idade e emprego - Brasil. I. Wan der Maas, Lucas II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. III. Título. IV. Série.

CDD

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**ENTRE A FAMÍLIA E O TRABALHO:
UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DA INSERÇÃO OCUPACIONAL NO BRASIL URBANO
SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO, 1996-2006**

André Junqueira Caetano
Pesquisador Residente – CEDEPLAR

Lucas Wan Der Maas
Pesquisador - NESCON/UFMG

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2009**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
GÊNERO, FAMÍLIA E TRABALHO	7
MATERIAL E MÉTODOS.....	12
Fonte de dados e variáveis selecionadas	12
Indicador de qualidade da inserção ocupacional.....	13
Método	15
Resultados	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	22
APÊNDICE	23

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre o pertencimento a diferentes arranjos familiares e domiciliares e a precarização da inserção ocupacional, no que se refere a ocupação, tempo na ocupação, formalidade da ocupação e renda, da população entre 25 e 64 anos de idade ocupada residente no Brasil urbano nos anos de 1996, 2001 e 2006. Para atingir esse objetivo o trabalho compara homens e mulheres, buscando identificar desigualdades de sexo engendradas a partir dos diferentes papéis de gênero no âmbito familiar e no mercado de trabalho. Essa especificação parte do pressuposto de que os processos de divisão das tarefas domiciliares e o tipo de inserção que se pode obter no Mercado de trabalho variam conforme o sexo do indivíduo. Foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e aplicado modelo logístico multinomial para cada sexo de forma a se examinar as associações relevantes entre família e qualidade do trabalho. Os coeficientes dos dois modelos, para as mesmas variáveis, são comparados de forma a se as diferenças entre eles são estatisticamente significante. Os resultados mostram que tipo de família, posição na família e realização de afazeres domésticos são fatores que estão relacionados à chance de mulheres possuírem um trabalho mais precário, relativamente aos homens, o que se intensificou do início para final da série, principalmente entre mulheres mais velhas e a despeito da recuperação do mercado de trabalho em 2006.

Palavras-Chaves: Trabalho, família, Divisão sexual do trabalho, Gênero, Inserção ocupacional, Brasil, Urbano

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between types of family arrangements and work quality regarding type of occupation, time in the occupation, status of occupation (whether under the Brazilian labor law or not) and income of the population aged 25 to 64 years in the Brazilian urban job market in 1996, 2001, and 2006. In order to achieve this objective we compare working women against working men so that we can identify sex differentials stemming from the different gender roles men and women take up in the family and in the job market. The models are specified for each sex assuming that the processes of division of household duties as well as the type and quality of work one can obtain in the job market is different for women and men. We fit multinomial logit models to adjust data from 1996, 2001, and 2006 Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) to examine the significant associations between family arrangements and work quality. The coefficients are compared to check whether the difference between men's and women's are statistically significant. The results indicate that family arrangement, position in the family and domestic duties are factors associated with the higher odds of women, as compared to men, to be in job positions of lower quality. This situation has intensified in 2006, mainly amongst older women, in spite of the improvement of the job market from 2004 to 2006.

JEL: J16, J24

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a inserção ocupacional no mercado de trabalho urbano do Brasil no período da crise do trabalho da década de 1990 e de sua recuperação na primeira metade dos anos 2000, buscando identificar desigualdades entre homens e mulheres. Seu cerne se insere nos temas de pesquisa que têm suscitado debates acadêmicos¹ sobre *família, gênero e trabalho*, mais particularmente, as chamadas bipolaridade e precariedade do trabalho feminino, em oposição ao trabalho masculino. A produção científica na área se concentra basicamente no mercado de trabalho ao longo da crise ou como consequência da mesma. Isso se explica, em parte, porque foi um período de intensificação da participação das mulheres em atividades assalariadas como forma de atenuar os efeitos econômicos da crise às famílias e pelo diversificado panorama sociocultural da época. Nesse sentido, este trabalho inclui o exame do período posterior à crise.

Aborda-se, mais especificamente, em que medida a participação da mulher em atividades econômicas é influenciada pelo seu lugar na família, isto é, se o lugar que a mulher ocupa nos arranjos familiares está associado ou não à precariedade de sua ocupação. Tal abordagem se faz pela análise comparada da inserção ocupacional de homens e mulheres no mercado de trabalho, haja visto que os efeitos da crise influenciaram diferentemente a ocupação por sexo de acordo com o tipo de família e a posição na família do ocupado. Em suma, o objetivo é analisar a inserção ocupacional da população ocupada residente em áreas urbanas no Brasil, com ênfase nos diferenciais de gênero, investigando se o período pós-crise trouxe mudanças na inserção ocupacional feminina.

Para alcançar tal objetivo, utilizamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1996, 2001 e 2006 da população urbana ocupada entre 25 e 64 anos de idade. Para análise dos dados foi utilizado a regressão logística multinomial no qual a qualidade da inserção ocupacional é influenciada pelo pertencimento a diferentes arranjos domiciliares, controlando-se por atributos sociodemográficos. Para isso, foi construído um indicador de qualidade da inserção ocupacional que reúne quatro atributos do trabalho principal descritores das características mais afetadas pela crise do trabalho na década de 1990.

Os resultados indicam que tipo de família, posição na família e realização de afazeres domésticos são fatores que estão relacionados à chance de mulheres possuírem um trabalho precário, relativamente aos homens, o que se intensificou do início para final do período analisado, principalmente entre mulheres mais velhas e a despeito da recuperação do mercado de trabalho em 2006.

O artigo está dividido em quatro partes, sendo que a primeira discute a relação entre gênero, família e trabalho. A segunda parte descreve as variáveis utilizadas do modelo e a composição do indicador de qualidade da inserção ocupacional, além de apresentar formalmente o método utilizado. Em seguida, os resultados são analisados à luz da teoria, com ênfase na comparação dos resultados da análise dos dados por sexo. Finalmente, são feitas considerações finais.

¹ Araújo e Scalón (2005); Montali (2000); Bruschini (2006); Dedecca (2004).

GÊNERO, FAMÍLIA E TRABALHO

Alguns indicadores de mercado de trabalho para o período de crise do trabalho (Ramos e Britto, 2004) da década de 1990 e a primeira metade dos anos 2000 apontam evidências importantes da intensificação do trabalho feminino e da situação de maior precariedade laboral das mulheres, relativamente ao trabalho masculino. A proporção de pessoas economicamente ativas em relação à População em Idade Ativa (PIA) seguiu tendência de crescimento no Brasil urbano entre 1996 e 2006, o que pode ser explicado, sobretudo pelo aumento da participação de mulheres e de outros membros da família na complementação da renda domiciliar e contenção dos efeitos da crise (MONTALI, 2006). Segundo a tabela 1, a Taxa de Participação do período passou de 57,1%, em 1996, para 58,8%, em 2001, e chegou aos 61%, em 2006. Tal crescimento foi observado para ambos os sexos, ainda que com crescimento maior da participação relativa de mulheres em idade ativa, comparativamente aos homens em situação idêntica. No início do período, as mulheres ocupadas e desocupadas no Brasil urbano somavam 44,6% da PIA feminina, enquanto em 2006 somavam 52%.

TABELA 1
Principais indicadores de mercado de trabalho por sexo no Brasil urbano, 1996, 2001 e 2006

Principais indicadores	Ano		
	1996	2001	2006
Total			
Taxa de Participação	57,1	58,8	61,0
Taxa de Desocupação	8,4	10,8	9,6
Proporção de ocupados com carteira assinada	42,5	41,3	44,0
Homens			
Taxa de Participação	70,7	70,8	71,1
Taxa de Desocupação	7,0	8,8	7,5
Proporção de ocupados com carteira assinada	44,3	43,1	46,5
Mulheres			
Taxa de Participação	44,6	47,9	52,0
Taxa de Desocupação	10,3	13,4	12,2
Proporção de ocupadas com carteira assinada	39,9	38,9	40,8

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados das PNAD 1996, 2001 e 2006.

No que diz respeito à proporção de desocupados ou desempregados, houve aumento da Taxa de Desocupação de 1996 para 2001, como efeito da intensificação da crise. No período analisado, o indicador variou de 8,4% para 10,8% do total da População Economicamente Ativa (PEA) urbana. Já entre os anos de 2001 e 2006, como resultado da recuperação do mercado de trabalho, especialmente entre os anos de 2004 e 2006, a taxa recuou, ainda que não tenha retomado ao mesmo patamar verificado no início da série, registrando 9,6%.

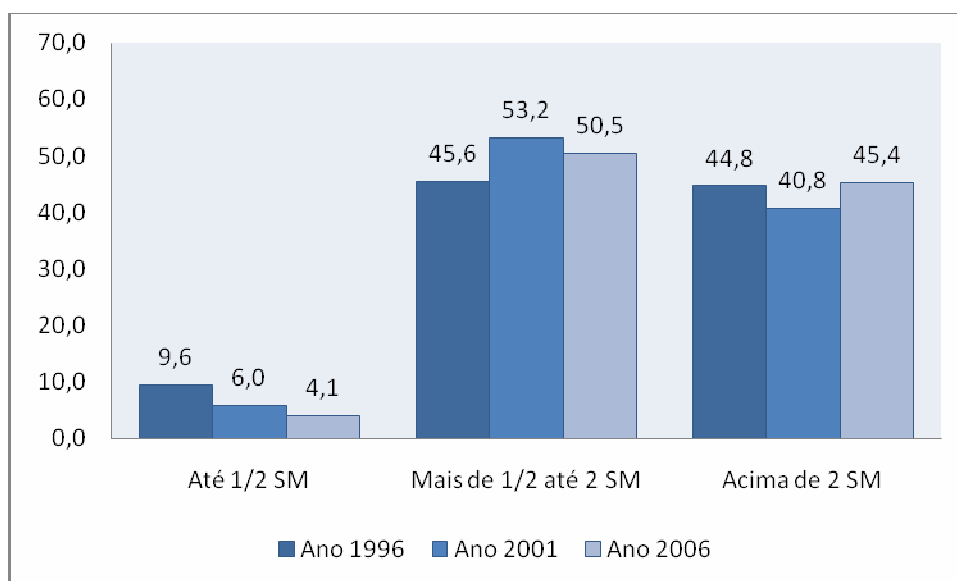
Há que se destacar que o desemprego afetou diferentemente homens e mulheres ao longo da crise, seja por suas causas seja pela proporção de desocupados em cada grupo. Entre os homens, o desemprego foi causado principalmente pela retração do setor industrial e, entre as mulheres, pelo aumento da proporção daquelas que passaram a buscar o mercado de trabalho (Montali, 2000). Quanto à Taxa de Desocupação por sexo, observaram-se as mesmas variações para o total da população, isto

é, aumento no primeiro intervalo da série e recuo no segundo intervalo. Entretanto, a proporção de mulheres desocupadas em relação à PEA feminina foi maior do que a proporção de homens desocupados em relação à PEA masculina.

A proporção de ocupados com alguma forma de proteção trabalhista – com carteira assinada e estatutários – caiu de 42,5% para 41,3%, em relação ao total de ocupados, entre os anos de 1996 e 2001, resultado do aumento da informalidade durante os anos da crise do trabalho. Em 2006, essa proporção subiu para 44%. O mesmo comportamento foi observado desagregando-se por sexo, mas também aqui a diferença entre homens e mulheres é relevante, já que a proporção de homens em trabalhos formalizados manteve-se superior à mesma proporção entre as mulheres, independente das variações observadas.

Quanto aos rendimentos da população ocupada e levando-se em consideração a renda real proveniente do trabalho, inflacionada com referência ao salário mínimo de 2006, ocorreu uma melhoria da renda entre 1996 e 2006, embora, também aqui, tenha permanecido um hiato entre mulheres e homens. Segundo o gráfico 1, a proporção de homens, em relação ao total de ocupados do sexo masculino, que recebiam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo diminuiu gradativamente de 9,6%, em 1996, para 6%, em 2001, e 4,1%, em 2006. Esse recuo também foi percebido entre as mulheres, em relação ao total de ocupadas, mas em patamares muito superiores do que se observou entre os homens (27,4%, 17,8% e 14%, respectivamente), como mostra o gráfico 2. Apesar da diminuição da proporção de mulheres recebendo até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, em 2006, 73,2% das mulheres ocupadas recebiam até dois salários mínimos, percentual que entre os homens era de 54,6% naquele ano. A comparação entre o percentual de homens e de mulheres que recebiam acima de dois salários mínimos também mostra o hiato entre os sexos. Em 2006, 45,6% dos homens se encontravam nessa categoria salarial, contra 26,8% das mulheres.

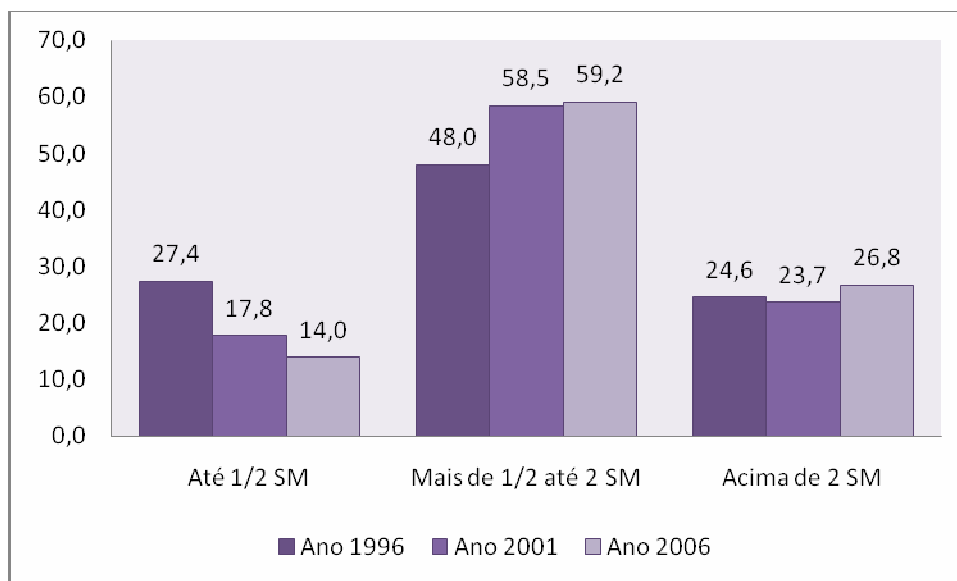
GRÁFICO 1
Rendimento mensal do trabalho principal em salários mínimos* da população urbana ocupada do sexo masculino, Brasil, 1996, 2001 e 2006



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados das PNAD 1996, 2001 e 2006.
* valores inflacionado com referência ao salário mínimo de 2006.

GRÁFICO 2

Rendimento mensal do trabalho principal em salários mínimos* da população urbana ocupada do sexo feminino, Brasil, 1996, 2001 e 2006



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados das PNAD 1996, 2001 e 2006.

* valores inflacionado com referência ao salário mínimo de 2006.

A despeito da recente recuperação do mercado de trabalho, em que se assistiu aumento dos empregos formais e melhoria da renda real proveniente do trabalho, a proporção de mulheres na informalidade e recebendo até dois salários mínimos se apresenta superior a de homens. As mulheres, apesar de constituírem a minoria dos ocupados no mercado de trabalho, encontram-se proporcionalmente mais presentes em ocupações precárias do que os homens (Bruschini, 2006). Concomitante a esse quadro, o aumento da participação no mercado de trabalho de mulheres responsáveis por suas famílias e de mulheres cômuge sugere que essas mulheres e suas famílias foram as que mais sofreram com os impactos da crise da década de 1990, haja vista a precariedade de sua ocupação, em face das estratégias de mitigamento dos seus efeitos. A permanência de mulheres como as principais responsáveis pela realização de afazeres domésticos, associada a esses fatores, mostra também a maior dificuldade encontrada por mulheres ocupadas em conciliar compromissos profissionais e familiares (*op. cit.*).

De fato, a inserção ocupacional da mulher pode ser entendida a partir de dois vetores. Por um lado, a organização familiar e, por outro, a estruturação do mercado de trabalho. A inserção ocupacional feminina está relacionada com a organização familiar uma vez que a decisão da mulher em procurar e manter um trabalho remunerado envolve não só desejos e necessidades pessoais, mas também valores de gênero e a manutenção do grupo familiar (Araújo e Scalon, 2005). Relaciona-se com o mercado de trabalho, na medida em que a inserção ocupacional de qualquer indivíduo depende da demanda por trabalho e das barreiras encontradas por diferentes grupos sociais para ocupar um posto de trabalho de qualidade. Nesse aspecto, é crucial compreender essa relação na perspectiva das relações de gênero.

Segundo Scott (1990), “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (p. 14). A primeira parte do conceito destaca que gênero é uma construção social que se fundamenta na observação das diferenças biológicas entre os sexos. Em outras palavras, como ressalta De Laurentis (1994), gênero não é uma propriedade existente a priori nos seres humanos e, sim, um construto sociocultural que cada sociedade define historicamente para seus membros. “Ser homem” ou “ser mulher” está impresso na realidade objetiva do sexo biológico, mas não há nenhuma outra forma de se conhecer tal realidade senão pelos significados atribuídos a essa diferença (Moore, 1997). O gênero como produto social não é atributo da pessoa, é relacional, isto é, atua como a representação de uma relação social existente entre duas diferentes categorias de pertencimento, nesse caso entre homem e mulher.

Ainda segundo Scott (1990), há quatro elementos conformadores das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. Primeiramente, os símbolos culturais que são constantemente evocados para dar sentido à essas diferenças, em sua maioria dicotômicos, como Adão e Eva, luz e escuridão, inocência e corrupção, natureza e cultura. Em segundo lugar, atuam como conformadores do gênero os conceitos normativos, que expressam formas categóricas de separação entre masculino e feminino, notadamente encontrados na religião, na ciência e no direito. Em terceiro lugar estão as instituições, espaço efetivo de atuação dos sujeitos e de circulação dos símbolos e das normas, como a família, o mercado de trabalho, a educação e o Estado. Finalmente, a identidade subjetiva, esfera individual de construção da identidade de gênero.

A junção desses elementos conforma um sistema de construção social do gênero, próximo da ideia do que Rubin (1986) denominou de “sistema sexo-gênero”, entendido como um conjunto de arranjos que uma sociedade lança mão para transformar a sexualidade humana em atributo social. Segundo De Laurentis (1994), que emprega conceito semelhante sob a rubrica “tecnologias do gênero”, tal sistema é evocado para dar sentido às diferenças percebidas entre os sexos e está intimamente relacionado com valores, hierarquias e desigualdades sociais. Isso significa que quaisquer elementos componentes de um sistema que transforma sexo em gênero estão interligados a fatores políticos e econômicos. Como consequência, ao lançar mão de um sentido de masculino e/ou feminino, está-se acessando a totalidade dos elementos sociais que o constitui, bem como as diferenças, hierarquias e desigualdades a ele adjacentes.

É nesse sentido que se aproxima aqui da segunda parte do conceito de gênero empregado por Scott (1990), a saber, gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Isso não significa que o gênero seja o único campo pelo qual o poder se articula, mas parece ter sido um meio recorrente de atribuir significados ao poder ao longo da história ocidental, visto que o mesmo é produto e produtor de relações sociais. Segundo a autora, a partir de um conjunto de referências, tais como símbolos, normas e instituições que organizam a vida social em torno da distribuição de poder, supõe-se que o gênero é fator intrínseco das próprias relações de poder, pois o mesmo define o acesso diferenciado que homens e mulheres terão aos recursos sociais disponíveis.

Em suma, as definições de masculino e feminino transformam sexo em gênero, isto é, transformam diferenças percebidas entre os sexos em relações sociais, e organizam a distribuição de poder presentes nessas relações, tais como na divisão sexual do trabalho, em que homens e mulheres

têm atribuições hierarquicamente diferenciadas no mundo do trabalho. Nesse sentido, tanto a família como o mercado de trabalho, tomadas aqui como esferas sociais que se articulam, devem ser entendidas como espaços de conformação do gênero e das relações de poder entre homens e mulheres.

A condição de trabalho da mulher, portanto, pode estar relacionada ao seu lugar na família na medida em que sua atuação no mercado de trabalho se condiciona às relações estabelecidas no âmbito domiciliar. Segundo Montali (2000), a hierarquia de gênero define a disponibilidade dos diferentes componentes de uma família para o mercado de trabalho, o que se dá conforme a posição do ocupado na família e pelo padrão de absorção da força de trabalho no mercado. Para a autora, a divisão de tarefas por sexo e suas desigualdades no mercado, atuam quando ocorre a “sexualização de ocupações”, isto é, a concentração de homens em determinados setores e atividades e de mulheres em outros.

Segundo Bourdieu (2007), na medida em que ocorrem alterações substantivas nas instituições que conformam o gênero, especialmente a família, o Estado, a educação e a religião, assiste-se a uma transformação nas relações entre homens e mulheres, geralmente ampliando os espaços de igualdade. O mesmo pode ser observado por mudanças no padrão de absorção da mão-de-obra, mais especificamente pelo aumento da incorporação de mulheres no mercado de trabalho. Nesse caso, observa-se uma alteração na divisão sexual do trabalho. O aumento do acesso de mulheres à esfera pública, especialmente ao ensino secundário e superior e ao trabalho assalariado, foi um processo que significou o afastamento relativo das mulheres das tarefas domésticas e das funções reprodutivas, ou seja, significou certo deslocamento do papel tradicionalmente atribuído às mulheres. Para o autor, portanto, a “dominação masculina” não mais se impõe como evidência de algo que é indiscutível (*op. cit.*).

As mudanças nas relações de gênero, entretanto, carregam permanências, pois as estruturas da divisão sexual do trabalho continuam atuando e definindo a direção das transformações (Bourdieu, 2007). Por mais que alcancem o mercado de trabalho, as mulheres se encontram relegadas a funções de “prolongamento das funções domésticas” – como ensino, cuidado e serviços –, encontram barreiras para ascenderem a cargos de mando e autoridade e, ainda, aos homens cabe o monopólio dos trabalhos técnicos e das máquinas (*op. cit.*).

Segundo Montali (2000), o novo padrão de inserção ocupacional, além de revelar a permanência de valores tradicionais na divisão das tarefas domésticas, mostra que o crescente aumento da participação feminina em trabalhos remunerados se dá de forma dual em se comparando com a inserção masculina, isto é, o mercado de trabalho se apresenta segregado por gênero. Na prática, essa segregação ocorre por que as mulheres ocupam, em geral, os cargos mais precários e recebem as piores remunerações, comparativamente aos homens, além de existir uma concentração de homens nos empregos da indústria e na formalidade e, inversamente, uma concentração de mulheres no setor de serviços e na informalidade (*op. cit.*).

Há que se destacar ainda a permanência de valores tradicionais de gênero na medida em que os lugares tradicionalmente destinados às mulheres são mantidos na esfera domiciliar. A participação no mercado de trabalho e a qualidade da inserção ocupacional da mulher são influenciadas pelo tempo dedicado à família, seja aquele do cuidado, dedicado aos filhos e ou aos idosos, função que ainda é atribuição quase exclusiva da mulher, seja aquele de realização de tarefas domésticas (Araújo & Scalon, 2005).

Nesse aspecto, a situação precária da mulher se faz sentir para cada uma de acordo com as relações de gênero e de geração estabelecidas no interior das famílias. Sua inserção ocupacional pode variar em função do tipo de família, de sua posição de chefe ou cônjuge e em função do peso de seu rendimento para o total do rendimento familiar. Paralelamente, o tempo que ela tiver que dedicar às tarefas domésticas e ao cuidado influenciará a mobilidade no emprego, o tempo de dedicação ao trabalho e o tipo de trabalho (Araújo & Scalon, 2005).

Torna-se necessário discutir, portanto, o impacto do novo cenário familiar e econômico para a inserção diferenciada dos membros da família no mercado de trabalho, o que passará pela compreensão, em especial, da posição da mulher nesse processo. Em outras palavras, pretende-se entender em que medida a participação da mulher em atividades econômicas é influenciada pelo seu lugar na família, no contexto das mudanças no mundo do trabalho urbano das últimas décadas.

MATERIAL E MÉTODOS

Fonte de dados e variáveis selecionadas

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, utilizaram-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente aos anos de 1996, 2001 e 2006, da população urbana ocupada entre 25 e 64 anos de idade. A população em questão representava, em 1996, 56,7% da população ocupada do país, 60,8% em 2001, e 61,9% em 2006. Os cortes de idade em 25 e 64 anos objetivaram não incluir o grupo populacional ainda no ciclo de formação escolar, a qual influencia sobremaneira a inserção ocupacional, e o grupo populacional de maior probabilidade de estar aposentada. Para analisar os diferenciais ocupacionais da população urbana ocupada, os ocupados foram diferenciados entre aqueles que residiam em regiões metropolitanas e os que residiam em áreas urbanas não-metropolitanas².

Os três pontos no tempo utilizados – 1996, 2001 e 2006 – representam momentos distintos no processo de transformação no mundo do trabalho brasileiro, quais sejam, a crise do trabalho da década de 1990, sua transição e, por fim, sua recuperação na primeira metade dos anos 2000. O primeiro ano está situado no auge da crise provocada pela abertura econômica, no qual cresceu o desemprego, aumentou a informalização de ocupações e caiu a renda das famílias. No período entre 1999 – ano de alteração do câmbio, que passou de fixo a flutuante – até o ano de 2003 assistiu-se um momento transitório de intensificação da crise (Ramos; Britto, 2004). O último ano, 2006, já se encontra em um cenário de recuperação e estabilidade econômicas³. Naquele ano, ao contrário do que se viu no início do período, aumentou o emprego formal e a renda real proveniente do trabalho (Cardoso Jr., 2007).

² As regiões metropolitanas pesquisadas pela PNAD são as de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador e Belém.

³ Recuperação que ocorreu como consequência, entre outros fatores, do aumento e diversificação do saldo da balança comercial e da aplicação de políticas de fiscalização das condições e relações de trabalho em alguns setores, mudanças ocorridas especialmente a partir de 2004 (Cardoso Jr., 2007).

Além das variáveis sobre o trabalho, que serão apresentadas mais à frente, foram incluídas, as características sociodemográficas relativas à escolaridade, raça/cor da pele (pretos, pardos e indígenas, agregadamente, e brancos e amarelos, em uma segunda categoria), idade em anos completos e coortes quinquenais de nascimento. Os atributos familiares utilizados são tipo de família, posição na família e realização de afazeres domésticos. Por fim, os modelos incluem o período de referência (ano da pesquisa), situação do domicílio (domicílio em Região Metropolitana ou em área urbana não metropolitana) e macrorregião geográfica.

No que diz respeito às variáveis de família, é preciso destacar que as mesmas foram construídas tendo como parâmetro a pessoa de referência do domicílio, informada pelo entrevistado por ocasião da pesquisa. O IBGE (2007) considera como família cada grupo de pessoas moradoras do domicílio unidas por relações de parentesco, dependência doméstica (no caso de agregados e empregados domésticos), ou normas de convivência (no caso de não parentes e pessoas sem relação de dependência doméstica morando juntas). Nesse sentido, pode haver dentro de uma mesma unidade domiciliar, mais de uma família. Apesar de utilizar o termo família, considerou-se como referência neste trabalho o domicílio, sendo o mesmo correspondente ao que se designou família. Entende-se que, no caso de estratégias de inserção ocupacional, mais do que as relações familiares, interessam as relações estabelecidas entre pessoas que moram juntas, isto é, no mesmo domicílio, pois as mesmas definem as relações de consumo e provisão doméstica.

Indicador de qualidade da inserção ocupacional

Para caracterizar a inserção ocupacional da população em questão, foi construído um indicador a partir da definição de trabalho precário como “*trabalho incerto, imprevisível, e no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos seus empregadores ou pelo governo*” (Kalleberg, 2009, p. 21). Em outras palavras, o trabalho precário é entendido como aquele de vínculo empregatício frouxo, sem contrapartida de formalização por parte do empregador e de legalização por parte do Estado, isto é, de proteção pelas leis trabalhistas. O quadro 1 apresenta e caracteriza as variáveis componentes do indicador – posição na ocupação, classificação da ocupação, rendimento mensal em salários mínimos e tempo de permanência no trabalho.

As quatro variáveis selecionadas foram classificadas, cada uma, dicotomicamente e hierarquicamente posicionadas da pior para a melhor condição ocupacional. As categorias de cada variável foram assim quantificadas com os valores zero, correspondente à pior condição, e um, referente à melhor posição. A soma das variáveis resulta em valores de zero a quatro que indicam os níveis de qualidade do trabalho, do mais precário (0) ao menos precário (4).

QUADRO 1

Descrição dos atributos componentes do indicador de qualidade da inserção ocupacional

Variável	Categorias	Valor
Posição na Ocupação	<i>Informal:</i> Empregado sem carteira assinada, pequeno empregador (que emprega menos de 05 empregados), conta própria ou trabalhador sem remuneração;	0
	<i>Formal:</i> Empregado com carteira assinada, estatutário ou grande empregador (que emprega 05 ou mais empregados);	1
Classificação da Ocupação	<i>Ocupações Manuais:</i> Escriturários; Trabalhadores de Atendimento ao Público; Trabalhadores dos Serviços; Vendedores e Prestadores de Serviços do Comércio; Trabalhadores dos Serviços Domésticos em Geral; Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca; Trabalhadores da Construção Civil; Trabalhadores da Indústria Tradicional; Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção;	0
	<i>Ocupações Técnicas e de Nível Médio ou Superior:</i> Membros Superiores e Dirigentes do Setor Público; Dirigentes de Empresas e Organizações (Exceto de Interesse Público); Diretores e Gerentes; Pesquisadores e Profissionais Policientíficos; Profissionais das Ciências Exatas, físicas e da engenharia; Profissionais das Ciências Biológicas, da Saúde e afins; Profissionais do Ensino; Profissionais das Ciências Jurídicas; Profissionais das Ciências Sociais e Humanas; Comunicadores, Artistas e Religiosos; Técnicos Polivalentes; Técnicos de Nível Médio das Ciências Físicas, Químicas, Engenharia e afins; Técnicos de Nível Médio das Ciências Biológicas, Bioquímicas, da Saúde e afins; Professores Leigos e de Nível Médio; Técnicos em Nível Médio em Serviços de Transportes; Técnicos de Nível Médio das Ciências Administrativas; Técnicos em Nível Médio de Serviços Culturais, das Comunicações e do Desporto; Outros Técnicos de Nível Médio; Supervisores dos Serviços em Geral e da Produção de Bens e Serviços Industriais (exceto construção civil); Trabalhadores da Indústria Moderna; Membros da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Forças Armadas;	1
Rendimento Mensal	Até 02 Salários Mínimos	0
	Acima de 02 Salários Mínimos	1
Tempo de Permanência no trabalho	Até 01 ano para trabalhadores formalizados e acima de 01 ano para trabalhadores informais;	0
	Acima de 01 ano para trabalhadores formalizados e até 01 ano para trabalhadores informais;	1

No cômputo geral, os níveis zero e um do indicador de qualidade da inserção ocupacional englobam inserções precárias, ainda que se diferenciem muito entre si do ponto de vista da presença proporcional de trabalhadores formalizados, em ocupações não-manuais, recebendo acima de dois salários mínimos ou em situação de estabilidade no trabalho. Os níveis três e quatro descrevem inserções de qualidade e se diferenciam muito pouco entre si do ponto de vista da presença proporcional de trabalhadores informais, em ocupações manuais, recebendo até dois salários mínimos ou em situação de permanência na informalidade. O nível dois aparece como uma posição intermediária.

A tabela 1 apresenta a evolução da distribuição do nível de qualidade da inserção ocupacional por ano. Observa-se que a maioria da população urbana ocupada nos períodos em questão está distribuída entre os níveis zero e dois em todos os anos, o que expressa uma concentração da população provavelmente em função do atributo de classificação da ocupação, já que mais de 70% da população ocupada possuía cargos manuais ao longo dos três anos da série. Nesse sentido, optou-se em agrupar as categorias três e quatro do indicador. Dessa forma, o indicador de qualidade de inserção ocupacional passa a assumir quatro valores, 0, 1, 2 e 3.

TABELA 2
População urbana ocupada por nível do indicador de trabalho precário,
Brasil, 1996, 2001 e 2006

Níveis do Indicador	Ano (%)		
	1996	2001	2006
0	20,2	22,0	20,6
1	27,9	27,6	26,7
2	25,4	25,7	26,8
3	15,9	13,9	14,4
4	10,7	10,8	11,5
Total	100	100	100

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados das PNAD 1996, 2001 e 2006.

Método

A análise dos fatores associados à qualidade da inserção ocupacional foi realizada a partir da aplicação do método de regressão logística multinomial. O modelo tem o indicador de trabalho precário como variável dependente. Foi ajustado um modelo para cada sexo. Como mencionado anteriormente, o objetivo é examinar os efeitos das características familiares da população ocupada sobre a qualidade da inserção ocupacional. Além disso, conforme explicitado na seção anterior, o efeito de cada ano também é relevante para os fins desta análise. Esses efeitos são estimados controlando-se por situação do domicílio, isto é, se o entrevistado reside em região metropolitana ou em áreas urbanas não metropolitanas, macrorregião geográfica e coorte quinzenal de nascimento, idade, escolaridade, raça/cor da pele.

A análise logística multinomial é uma técnica estatística multivariada que analisa a associação entre uma variável dependente de múltiplas respostas categóricas não ordenadas e variáveis explicativas (Alisson, 1999). Formalmente, estima-se a probabilidade P_{ij} de um indivíduo i assumir uma categoria j da variável dependente. Dessa forma, assumindo-se que as categorias estão ordenadas na sequência $j = 1, \dots, J$, o modelo é dado por

$$\log\left(\frac{P_{ij}}{P_{iJ}}\right) = \beta_j x_i \quad j = 1, \dots, J - 1$$

onde x_i é o vetor coluna das variáveis para o indivíduo i e β é o vetor linha dos coeficientes para a categoria j . Note-se que cada categoria é comparada com a categoria J , a maior, e que o número de equações é igual ao número de categorias da variável dependente menos um. Na prática, estima-se a probabilidade de um indivíduo assumir uma categoria da variável dependente em relação à categoria mais alta, tomada como a categoria de referência. O número de equações do modelo é sempre o total de categorias menos um, já que para cada categoria anterior à mais alta, estima-se a chance de um indivíduo assumir essa categoria em relação à de referência (Alisson, 1999).

Em resumo, a variável dependente é composta por informações sobre posição na ocupação, classificação da ocupação, rendimento mensal em salários mínimos e tempo de permanência no trabalho, ambas referentes ao trabalho principal exercido pela pessoa na semana de referência da pesquisa, em cada ano. São variáveis explicativas o tipo de família, posição na família, realização de afazeres domésticos, idade, período, coorte de nascimento, raça/cor da pele, anos de estudo, situação do domicílio e Região Geográfica⁴.

Resultados

Os quadros 3 e 4 (Apêndice) apresentam os resultados da aplicação do modelo por sexo. Nesses quadros, o coeficiente expressa a variação no logito da variável dependente, indicador da qualidade de inserção ocupacional, associada à variação de cada uma das variáveis explicativas, controlando-se pelas demais. O coeficiente exponenciado é igual à Razão de Chance (Odds Ratio). As razões de chance da primeira equação indicam a chance de um ocupado assumir o nível zero da variável dependente, em relação à chance de estar no nível três. Da mesma forma, as razões de chance da segunda equação indicam a chance de o indivíduo estar no nível em relação à chance de estar no nível três e o da terceira equação, a chance de assumir o nível dois, em comparação ao nível três. O mesmo se aplica à terceira equação.

Os resultados do modelo logístico multinomial revelam, para a população brasileira ocupada urbana do sexo feminino, entre 25 e 64 anos de idade, nos anos de 1996, 2001 e 2006, que ocupar a posição de pessoa de referência em família do tipo casal, possuir alta escolaridade, declarar-se das cores/raças branca ou amarela, pertencer a coortes mais jovens, residir em regiões metropolitanas e declarar não realizar afazeres domésticos são os fatores que mais se associam à chance de assumir um trabalho de maior qualidade. Entre mulheres pertencentes a famílias do tipo casal, estar no ciclo inicial da vida familiar, isto é, com filhos pequenos e pais jovens, descreve uma situação ocupacional favorável às mulheres do grupo, em se comparando com mulheres de arranjos do tipo casal de idade avançada. Para mulheres em arranjos monoparentais femininos, entretanto, a presença de filhos pequenos aumenta a chance de estar na precariedade ocupacional. Destaca-se também a associação entre realização de afazeres domésticos e trabalho precário.

O modelo logístico aplicado à população masculina sugere que ocupar a posição de pessoa de referência em famílias do tipo casal, possuir alta escolaridade, declarar-se das cores/raças branca ou amarela, pertencer a coortes de nascimento entre 1952 e 1971, residir em regiões metropolitanas e declarar não realizar afazeres domésticos são os fatores que mais se associam à qualidade na ocupação. Entre homens que pertencem a um grupo doméstico nuclear, estar em etapa mais avançada do ciclo de vida familiar implica em maior probabilidade de possuir um trabalho de qualidade, do que pertencer a uma família no início do ciclo, isto é, com presença de filhos pequenos. Para quaisquer posições na família, há um aumento na chance de ocupar um trabalho de qualidade, ainda que seja maior entre homens chefe de família, do que para homens cônjuge. Comparativamente às mulheres

⁴ Com o intuito de evitar correlação perfeita foram omitidas do modelo as *dummies* tipo de família “Casal sem filhos (FAM1)”; posição na família “Filho/a, outro parente ou agregado (POS3)”; período “1996 (PER1)”; coortes “1932-1936 (COO1) e “1937-1941” (COO2)”; e região “Centro-Oeste (RG5)”.

responsáveis pelo domicílio e cônjuges, tanto homens responsáveis quanto cônjuges têm maior chance de assumir um posto de qualidade. O trabalho não remunerado realizado no âmbito domiciliar, isto é, a realização de afazeres domésticos, estabelece também entre os homens uma associação negativa com o trabalho remunerado “fora de casa”. Essa associação, no entanto, é mais forte para mulheres.

A comparação dos resultados por sexo foi feita contrastando-se os coeficientes do modelo logístico de cada sexo. Para tal, realizou-se teste estatístico cuja hipótese nula é a de que o coeficiente de uma dada variável do modelo feminino é igual ao coeficiente da mesma variável do modelo masculino. Substantivamente, essa hipótese implica em considerar que os processos pelos quais a variável atua sobre a inserção ocupacional não são diferentes para mulheres e homens. Rejeitar essa hipótese, isto é, considerar que os processos podem ser diferentes, sugere que os mecanismos de inserção ocupacional são diferentes entre os sexos, sendo essas diferenças mediadas por assimetrias de gênero.

O teste de diferença entre os coeficientes da regressão multinomial de cada modelo é similar ao teste t para diferença entre médias. A sobreposição dos intervalos de confiança de 95% dos dois modelos leva à aceitação da hipótese nula de que os processos podem ser iguais, o que significa que a diferença entre os coeficientes não é estatisticamente significativa, ou, que os coeficientes são diferentes apenas devido ao acaso. Caso não haja sobreposição dos intervalos de confiança de 95%, rejeita-se a hipótese nula, isto é, a diferença entre os coeficientes é estatisticamente significativa. O quadro 4 apresenta os valores dos coeficientes de cada equação. Os valores sombreados em cinza representam os coeficientes cujos intervalos de confiança de 95% dos dois modelos não se sobrepuseram, ou seja, para os quais se rejeitou a hipótese nula de que os processos de intermediação na inserção ocupacional sintetizados pela variável em questão, e controlando-se pelas demais, podem ser iguais.

No que diz respeito às variáveis de arranjo familiar, observou-se que há uma chance maior para mulheres que pertencem a um grupo familiar nucleado de assumir os dois primeiros patamares de qualidade da inserção ocupacional, ao invés do nível mais alto, enquanto para homens nessas mesmas famílias, é maior a chance de assumir o nível mais alto, em relação aos primeiros. Portanto, comparando-se mulheres e homens ocupados que compõem arranjos do tipo casal, mulheres têm maior chance de possuir um trabalho mais precário do que homens. Entre famílias monoparentais a diferença entre os coeficientes não é estatisticamente significativa. De fato, os homens que compõem esses grupos ocupam apenas as posições de filho e outro parente ou agregado, ao passo que as mulheres também ocupam a posição de pessoa de referência.

Destaca-se ainda que os tipos de família que mais se associam a um trabalho precário entre mulheres são aqueles com presença de filhos com 14 anos de idade e mais, isto é, os arranjos característicos por um ciclo de formação familiar avançado. Ao contrário, esses são os arranjos que mais se associam a um trabalho de maior qualidade entre os homens. Esses resultados estão relacionados aos diferentes padrões de inserção ocupacional de coortes de mulheres e de homens. Enquanto entre homens a chance de ter maior qualidade na ocupação aumenta nas coortes mais velhas, o contrário ocorre entre mulheres. No primeiro caso, como os homens normalmente podem investir em suas carreiras desde cedo, sua colocação no mercado de trabalho tende a melhorar com o tempo. Já entre as mulheres mais velhas, o investimento na vida privada ou na família influencia a maior precariedade do trabalho remunerado quando elas buscam o mercado.

QUADRO 2

Comparação dos coeficientes do modelo logístico multinomial da população urbana ocupada, por sexo, Brasil, 1996, 2001 e 2006

Variável	Mulheres			Homens		
	Nível 0 vs. Nível 3	Nível 1 vs. Nível 3	Nível 2 vs. Nível 3	Nível 0 vs. Nível 3	Nível 1 vs. Nível 3	Nível 2 vs. Nível 3
Intercepto	5,65**	7,26**	5,78**	3,59**	4,51**	2,84**
FAM2 – Casal filhos <14 (CR*=Casal s/ filhos)	0,15**	0,11**	-0,09**	-0,04	-0,04**	-0,06**
FAM3 – Casal filhos >=14	0,22**	0,10**	0,09**	-0,18**	-0,15**	-0,12**
FAM4 – Casal filhos <14 e >=14	0,33**	0,20**	0,00	-0,08**	-0,12**	-0,09**
FAM5 – Monoparental feminino filhos <14	0,49**	0,54**	0,13**	0,26	0,51**	0,33
FAM6 – Monoparental feminino filhos >=14	0,21**	0,19**	0,09**	-0,03	-0,02	-0,05
FAM7 – Monoparental fem. filhos <14 e >=14	0,38**	0,37**	0,08	0,00	0,17	0,16
FAM8 – Outras famílias	0,16**	0,11**	0,04	0,29**	0,15**	0,05**
POS1 – Pessoa de referência (CR=filhos; outros)	-0,20**	-0,18**	-0,25**	-0,93**	-0,64**	-0,40**
POS2 – Cônjuge	0,14**	-0,03	-0,23**	-0,55**	-0,31**	-0,21**
Realização de afazeres domésticos (CR=Sim)	0,63**	0,33**	0,05	0,05**	0,03**	0,01
Idade	-0,02**	-0,06**	-0,04**	0,01	-0,03**	-0,01**
PER2 – 2001 (CR=1996)	0,50**	0,39**	0,37**	0,40**	0,25**	0,16**
PER3 – 2006	0,67**	0,54**	0,50**	0,48**	0,31**	0,25**
COO3 – 1942-1946 (CR=1932-1936; 1937-1941)	-0,62**	-0,60**	-0,35**	-0,24**	-0,22**	-0,19**
COO4 – 1947-1951	-0,94**	-0,90**	-0,60**	-0,59**	-0,59**	-0,50**
COO5 – 1952-1956	-1,20**	-1,10**	-0,85**	-0,69**	-0,71**	-0,60**
COO6 – 1957-1961	-1,23**	-1,12**	-0,85**	-0,72**	-0,84**	-0,66**
COO7 – 1962-1966	-1,26**	-1,14**	-0,91**	-0,71**	-0,87**	-0,63**
COO8 – 1967-1971	-1,29**	-1,16**	-0,94**	-0,64**	-0,86**	-0,60**
COO9 – 1972-1976	-1,29**	-1,09**	-0,94**	-0,59**	-0,79**	-0,52**
COO10 – 1977-1981	-1,32**	-1,01**	-0,92**	-0,59**	-0,73**	-0,49**
Raça/cor da pele (CR=branca e amarela)	-0,12**	-0,16**	-0,10**	-0,27**	-0,18**	-0,12**
Anos de Estudo	-0,50**	-0,44**	-0,34**	-0,35**	-0,25**	-0,16**
Situação do domicílio (CF=Região Metropolitana)	-0,16**	-0,04**	-0,05**	-0,37**	-0,19**	-0,10**
RG1 – Norte (CR=Centro-oeste)	0,42**	0,12**	0,00	0,54**	0,24**	-0,02
RG2 – Nordeste	0,53**	0,13**	0,16**	0,73**	0,29**	0,23**
RG3 – Sudeste	0,03	0,09**	0,22**	-0,30**	-0,14**	-0,08**
RG4 – Sul	-0,08**	0,02	0,20**	-0,09**	-0,01	-0,03

*As células marcadas representam valores cujos intervalos de confiança de 95% dos dois modelos não se sobrepuseram.

** Significantes a 0,10. * Categoria de Referência.

Quando se analisa a associação de posição na família e qualidade do trabalho, verifica-se, tanto para homens quanto para mulheres, que estar na posição de chefe da família apresenta uma chance maior de não possuir uma inserção precária, o que se deve principalmente às estratégias adotadas pelas famílias de preservação desse trabalho, independente do sexo. Entretanto, homens chefes de família têm maior chance de assumir uma ocupação de qualidade do que seus pares femininos. Comparando-se entre cônjuges, a diferença é ainda mais acentuada, pois enquanto homens nessa posição aumentam sua chance de estarem em um trabalho de qualidade, as mulheres na mesma posição têm maior chance de assumir um trabalho precário.

A variável de realização de afazeres domésticos também indica assimetrias de gênero importantes, do ponto de vista da relação entre família e trabalho. Para ambos os sexos, há uma associação positiva entre declarar cuidar de tarefas domésticas e inserção ocupacional precária. Porém, tal associação é maior para mulheres, que proporcionalmente realizam mais afazeres domésticos do que homens. Observando-se o tipo de família e a posição na família, vê-se que as mulheres com menor chance de possuir um trabalho de maior qualidade são as que tendem a realizar mais afazeres domésticos, a saber, as cônjuges. O atributo de afazeres domésticos mostra que valores tradicionais de gênero ainda permanecem norteados comportamentos no espaço reprodutivo da família, mesmo após a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Bruschini (2006), as mulheres cônjuge com filhos pequenos constituem, em geral, a categoria de mulheres com maior dificuldade para conciliar trabalho e família, haja vista serem as que mais ocuparam o mercado de trabalho nos últimos anos e as que dedicam, em média, maior tempo aos afazeres domésticos, comparativamente aos homens, às mulheres chefes e às mulheres sem filhos ou com filhos mais velhos. No entanto, mesmo que as mulheres cônjuges com filhos pequenos também encontrem barreiras significativas para alcançar uma ocupação de qualidade, são as mulheres com filhos mais velhos que mais têm chance de possuir um trabalho precário, segundo o modelo apresentado. Possivelmente, como este modelo segue controlado por idade, coorte e anos de estudos, pode-se explicar a posição inferior destas mulheres, em relação à inserção ocupacional, por suas características pessoais. Note que são mulheres mais velhas, localizadas nas primeiras coortes e com baixa escolaridade, que mais se associam com trabalho precário.

As variáveis de tipo de família, posição na família e realização de afazeres domésticos, quando analisadas em conjunto, revelam uma espécie de hierarquia entre mulheres ocupadas no Brasil urbano, do ponto de vista da chance de assumir uma inserção ocupacional de melhor qualidade. Nessa hierarquia, podem ser classificadas no topo as mulheres chefes de família do tipo casal, que são provavelmente as mais bem escolarizadas, as que ocupam, em sua maioria, cargos não-manuais e que realizam afazeres domésticos em menor proporção, já que poderiam comprar esses serviços. Na base da hierarquia, encontram-se as mulheres consideradas como as responsáveis por famílias monoparentais, principais responsáveis pela manutenção financeira e pelo cuidado dedicado à família, seguidas de mulheres cônjuge com filhos, consideradas as que mais realizam afazeres domésticos e as que mais dificuldades tendem a encontrar para ultrapassar as barreiras de gênero, no âmbito domiciliar, dada presença do esposo ou companheiro.

A associação entre o atributo período ou ano de referência e qualidade da inserção ocupacional, em relação ao ano de 1996, pode ser diferente por sexo apenas na equação três, isto é, na chance de assumir o nível dois, em relação ao melhor patamar da variável dependente, na medida em que se aproxima do último ano da série. A comparação mostra que estar ocupado no ano de 2006 diminui a chance de assumir um trabalho de qualidade, em relação ao nível dois. Entretanto, tal diminuição é maior para mulheres, do que para homens. Apesar de os demais coeficientes dessa variável apresentar diferenças entre os modelos não estatisticamente significantes, ressalta-se que, analisando separadamente a população ocupada do sexo feminino e a do sexo masculino, verifica-se que a chance de possuir uma inserção ocupacional de qualidade diminui quanto mais recente é o ano de referência. A associação entre família e trabalho controlada por período mostra que, apesar da

recuperação do mercado de trabalho mais recentemente, os diferenciais de inserção ocupacional entre homens e mulheres, quando observadas as principais características do trabalho afetadas pela crise, definem padrões de trabalho precário do início para o final da série estudada. Como destaca Montali (2000), a participação das mulheres em atividades econômicas independe do cenário econômico. Entretanto, segundo a autora, os cenários de crise contribuem para estabelecer mudanças nas estratégias familiares de inserção no mercado de trabalho, inclusive ampliando os espaços de igualdade no âmbito da esfera reprodutiva. Dessa forma, a maior entrada de mulheres no mercado de trabalho para atenuar os efeitos da crise do trabalho foi decisiva a precariedade da ocupação feminina, o que não se alterou mesmo com a recuperação do trabalho na primeira metade dos anos 2000.

Se por um lado o padrão de inserção ocupacional precária das mulheres durante a crise refletiu uma situação contingencial, pela necessidade de sobrevivência das famílias, o período recente, por outro, revelou que o mercado de trabalho apresenta assimetrias de gênero independente do contexto econômico. A menor chance que tem as mulheres de coortes mais velhas e pertencentes a famílias nucleares com filhos em idade avançada de ocupar um trabalho de qualidade, comparativamente à maior chance de mulheres mais jovens ocuparem um trabalho de qualidade, indica que o trabalho feminino remunerado vem deixando, aos poucos, de ser contingencial, isto é, ativado apenas em contextos de crise econômica.

No cômputo geral, portanto, a comparação por sexo possibilitada pela estimação de um modelo de qualidade de inserção ocupacional para cada sexo sugere a existência de um hiato entre homens e mulheres, ou uma assimetria de gênero, quando se incorpora os diferentes arranjos familiares na análise. Esse hiato permanece durante o período em análise, tendo se intensificado no período, a despeito da recuperação dos indicadores de mercado de trabalho. Verificou-se que as características que mais se associam ao trabalho precário entre as mulheres, comparativamente aos homens, são pertencer a uma família do tipo casal com presença de filhos mais velhos, ocupar as posições de chefe de família ou cônjuge e realizar afazeres domésticos. Esses resultados indicam que o lugar que a mulher ocupa na família está associado à qualidade ou precariedade de seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aqui apresentados sugerem que o tipo de família, a posição na família e a realização de afazeres domésticos atuam com maior intensidade na chance das mulheres, comparadas aos homens, estar ocupando um posto de trabalho em condições de precariedade. Além de estar em pior situação que os homens, há que se destacarem os efeitos diferenciados para o sexo feminino no tocante à idade, coorte e atributos familiares. Os dados sugerem que família influencia a qualidade da inserção ocupacional entre mulheres de coortes avançadas, que ocupam principalmente a posição de cônjuge em arranjos com presença de filhos mais velhos. Já entre mulheres mais jovens, observou-se uma mudança no padrão de qualidade do emprego, pois estas têm encontrado melhores condições quando é analisada a associação com os atributos familiares. Em suma, esse estudo traz evidências de que as mulheres permanecem encontrando barreiras à qualidade do trabalho, mas são as mulheres mais velhas, provavelmente aquelas que entraram no mercado na década de 1990 para fazer face à crise do trabalho que têm maior chance de estar na precariedade.

Do ponto de vista metodológico, a comparação entre os modelos logísticos aplicados separadamente por sexo, constituiu-se em um procedimento pertinente na análise dos diferenciais por sexo nos estudos de gênero que pretendem analisar grandes populações. Destaca-se a importância da inclusão das variáveis de idade, período e coorte ao conjunto de variáveis explicativas da qualidade da ocupação, pois o mesmo contribuiu para indicar que o trabalho feminino tem passado por importantes modificações quando se compara gerações de mulheres ao longo do tempo. Como sugerem os resultados, as mulheres mais jovens entram um mercado de trabalho encontrando melhores condições do que as mulheres mais velhas, em que pese às assimetrias de gênero.

A maior precariedade da inserção ocupacional feminina, em comparação à masculina, se faz sentir por ser o gênero uma categoria social de mudanças lentas. A relação entre precariedade do trabalho e família demonstra a maior dificuldade em ultrapassar as assimetrias de gênero. Na medida em que a mulher continua sendo percebida como atrelada à esfera familiar e encontra dificuldades em conciliar o trabalho “fora de casa” e o cuidado com a família, seu lugar no mundo do trabalho continua sendo condicionado por seu lugar na família. Por mais que tenham ampliado sua participação no mercado de trabalho nas últimas décadas e consolidado ali a sua presença nos últimos anos, o lugar das mulheres ainda se apresenta como inferior ao do homem, pois os tradicionais valores de gênero continuam a se reproduzir, já que estes encontram na esfera reprodutiva da família seu principal espaço de atuação.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, Paul, (1999), *Logistic regression using de SAS system: theory and application*. Cary, SAS Institute Inc.
- ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi, (2005), “Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil”, in C. Araújo e C. Scalon (org.), *Gênero, família e trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV Editora.
- BOURDIEU, Pierre, (2007) *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BRUSCHINI, Cristina, (2006), “Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?”, *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 23, 2, p. 331-353.
- CARDOSO JR., José Celso, (2007), *De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal*. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- DEDECCA, Cláudio, (2004), *Tempo, trabalho e gênero*. Campinas, IE/Unicamp.
- DE LAURENTIS, Teresa, (1994), “A Tecnologia do Gênero”, in H. Buarque de Holanda (org.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, Rio de Janeiro, Rocco.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (2007), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2006*. Rio de Janeiro: IBGE.
- KALLEBERG, Arne, (2009), “O crescimento do trabalho precário: um desafio global”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24, 69: 21-30.
- MARRI, Izabel & WAJMAN, Simone, (2007), “Esposas como principais provedoras da renda familiar”, *Revista Brasileira de Estudos da População*, 24, 1: 19-35.
- MONTALI, Lilia, (2000), “Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15, 42: 55-71.
- MONTALI, Lilia. (2006) Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 23, 2: 223-245.
- MOORE, Henrietta, (1997), “Undertending Sex and Gender”, in T. Ingold (org.) *Companion Encyclopedia of Anthropology*, London, Routledge.
- RAMOS, Lauro & BRITTO, Marcelo, (2004), *O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- RUBIN, Gayle, (1986), “El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo”, *Nueva Antropología*, 8, 30: 95-145.
- SCOTT, Joan, (1990), “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, *Educação e Realidade*, 16, 2: 5-22.

APÊNDICE

QUADRO 3

Coefficientes e razões de chance do modelo logístico multinomial da população urbana ocupada do sexo feminino, Brasil, 1996, 2001 e 2006

Variável	Equação					
	Nível 0 vs. Nível 3		Nível 1 vs. Nível 3		Nível 2 vs. Nível 3	
	Estim.	Razão	Estim.	Razão	Estim.	Razão
Intercepto	5,65*	-	7,26*	-	5,78*	-
FAM2 – Casal filhos <14 (CR=Casal s/ filhos)	0,15*	1,17*	0,11*	1,12*	-0,09*	0,92*
FAM3 – Casal filhos >=14	0,22*	1,24*	0,10*	1,10*	0,09*	1,09*
FAM4 – Casal filhos <14 e >=14	0,33*	1,39*	0,20*	1,22*	0,00	1,00
FAM5 – Monoparental feminino filhos <14	0,49*	1,63*	0,54*	1,72*	0,13*	1,14*
FAM6 – Monoparental feminino filhos >=14	0,21*	1,24*	0,19*	1,21*	0,09*	1,10*
FAM7 – Monoparental fem. filhos <14 e >=14	0,38*	1,47*	0,37*	1,44*	0,08	1,08
FAM8 – Outras famílias	0,16*	1,17*	0,11*	1,12*	0,04	1,04
POS1 – Pessoa de referência (CR=filhos; outros)	-0,20*	0,82*	-0,18*	0,83*	-0,25*	0,78*
POS2 – Cônjuge	0,14*	1,15*	-0,03	0,97	-0,23*	0,79*
Realização de afazeres domésticos (CR=Sim)	0,63*	1,88*	0,33*	1,39*	0,05	1,05
Idade	-0,02*	0,98*	-0,06*	0,94*	-0,04*	0,96*
PER2 – 2001 (CR=1996)	0,50*	1,65*	0,39*	1,47*	0,37*	1,45*
PER3 – 2006	0,67*	1,96*	0,54*	1,71*	0,50*	1,65*
COO3 – 1942-1946 (CR=1932-1936; 1937-1941)	-0,62*	0,54*	-0,60*	0,55*	-0,35*	0,70*
COO4 – 1947-1951	-0,94*	0,39*	-0,90*	0,40*	-0,60*	0,55*
COO5 – 1952-1956	-1,20*	0,30*	-1,10*	0,33*	-0,85*	0,43*
COO6 – 1957-1961	-1,23*	0,29*	-1,12*	0,33*	-0,85*	0,43*
COO7 – 1962-1966	-1,26*	0,28*	-1,14*	0,32*	-0,91*	0,40*
COO8 – 1967-1971	-1,29*	0,27*	-1,16*	0,31*	-0,94*	0,39*
COO9 – 1972-1976	-1,29*	0,28*	-1,09*	0,34*	-0,94*	0,39*
COO10 – 1977-1981	-1,32*	0,27*	-1,01*	0,36*	-0,92*	0,40*
Raça/cor da pele (CR=branca e amarela)	-0,12*	0,89*	-0,16*	0,85*	-0,10*	0,90*
Anos de Estudo	-0,50*	0,61*	-0,44*	0,64*	-0,34*	0,71*
Situação do domicílio (CR=Região Metropolitana)	-0,16*	0,86*	-0,04*	0,96*	-0,05*	0,95*
RG1 – Norte (CR=Centro-oeste)	0,42*	1,52*	0,12*	1,13*	0,00	1,00
RG2 – Nordeste	0,53*	1,70*	0,13*	1,14*	0,16*	1,17*
RG3 – Sudeste	0,03	1,03	0,09*	1,10*	0,22*	1,25*
RG4 – Sul	-0,08*	0,92*	0,02	1,02	0,20*	1,22*

* Significante a 0,10;

(Categoria de Referência.

Número de Observações: 168.834; Likelihood Ratio: 1,000.

QUADRO 4

Coeficientes e razões de chance do modelo logístico multinomial da população urbana ocupada do sexo masculino, Brasil, 1996, 2001 e 2006

Variável	Equação					
	Nível 0 vs. Nível 3		Nível 1 vs. Nível 3		Nível 2 vs. Nível 3	
	Coef.	Razão	Coef.	Razão	Coef.	Razão
Intercepto	3,59*	-	4,51*	-	2,84*	-
FAM2 – Casal filhos <14 (CR* = Casal s/ filhos)	-0,04	0,96	-0,04*	0,96*	-0,06*	0,94*
FAM3 – Casal filhos >=14	-0,18*	0,84*	-0,15*	0,86*	-0,12*	0,89*
FAM4 – Casal filhos <14 e >=14	-0,08*	0,93*	-0,12*	0,88*	-0,09*	0,91*
FAM5 – Monoparental feminino filhos <14	0,26	1,29	0,51*	1,67*	0,33	1,39
FAM6 – Monoparental feminino filhos >=14	-0,03	0,97	-0,02	0,98	-0,05	0,95
FAM7 – Monoparental fem. filhos <14 e >=14	0,00	1,00	0,17	1,18	0,16	1,18
FAM8 – Outras famílias	0,29*	1,33*	0,15*	1,16*	0,05*	1,05*
POS1 – Pessoa de referência (CR=filhos; outros)	-0,93*	0,40*	-0,64*	0,53*	-0,40*	0,67*
POS2 – Cônjuge	-0,55*	0,57*	-0,31*	0,73*	-0,21*	0,81*
Realização de afazeres domésticos (CR=Sim)	0,05*	1,05*	0,03*	1,04*	0,01	1,01
Idade	0,01	1,01	-0,03*	0,97*	-0,01*	0,99*
PER2 – 2001 (CR=1996)	0,40*	1,49*	0,25*	1,29*	0,16*	1,17*
PER3 – 2006	0,48*	1,62*	0,31*	1,37*	0,25*	1,28*
COO3 – 1942-1946 (CR=1932-1936; 1937-1941)	-0,24*	0,78*	-0,22*	0,80*	-0,19*	0,83*
COO4 – 1947-1951	-0,59*	0,56*	-0,59*	0,56*	-0,50*	0,61*
COO5 – 1952-1956	-0,69*	0,50*	-0,71*	0,49*	-0,60*	0,55*
COO6 – 1957-1961	-0,72*	0,49*	-0,84*	0,43*	-0,66*	0,52*
COO7 – 1962-1966	-0,71*	0,49*	-0,87*	0,42*	-0,63*	0,53*
COO8 – 1967-1971	-0,64*	0,53*	-0,86*	0,42*	-0,60*	0,55*
COO9 – 1972-1976	-0,59*	0,56*	-0,79*	0,45*	-0,52*	0,59*
COO10 – 1977-1981	-0,59*	0,55*	-0,73*	0,48*	-0,49*	0,61*
Raça/cor da pele (CR=branca e amarela)	-0,27*	0,76*	-0,18*	0,84*	-0,12*	0,88*
Anos de Estudo	-0,35*	0,71*	-0,25*	0,78*	-0,16*	0,85*
Situação do domicílio (CR=Região Metropolitana)	-0,37*	0,69*	-0,19*	0,83*	-0,10*	0,91*
RG1 – Norte (CR=Centro-oeste)	0,54*	1,72*	0,24*	1,27*	-0,02	0,98
RG2 – Nordeste	0,73*	2,08*	0,29*	1,34*	0,23*	1,26*
RG3 – Sudeste	-0,30*	0,74*	-0,14*	0,87*	-0,08*	0,93*
RG4 – Sul	-0,09*	0,92*	-0,01	0,99	-0,03	0,97

* Significante a 0,10;

* Categoria de Referência.

Número de Observações: 168.834; Likelihood Ratio: 1.000.